



Comissão de Economia e Obras Públicas

Informação

Projeto de Resolução n.º 86/XIII (1ª) –
(PCP)

Discussão ocorrida nos
termos do art.º 128.º n.º1
do RAR, em reunião da
Comissão de 3/2/2016

1. Doze Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução n.º 86/XIII (1.ª) – (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 14 de Janeiro de 2016, tendo o Projeto de Resolução sido admitido nessa mesma data, e baixou à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas em 15 de Janeiro.
3. A discussão do Projeto de Resolução n.º 44/XIII (1.ª) – (PCP) ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Presidente da Comissão deu início à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 86/XIII/1.ª (PCP) - Extinção da Empresa Metro Mondego e reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 86/XIII/1.ª (PCP) - Extinção da Empresa Metro Mondego e reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã.

Lembrou o início da sua construção em 1873, fazendo a história deste período até à sua inauguração em 1906.

Recordou que as Populações de Coimbra, Góis, Lousã e Miranda do Corvo ficaram sem combóio.

Distinguiu o Ramal, como linha de montanha, do Metro, transporte de superfície.

Sublinhou que o Metro seria mais caro, menos rápido e sem interligação, detalhando.

Recordou anterior petição com mais de 2.500 assinaturas, exemplo do empenho da População em resolver a situação.

Reforçou que não existe qualquer interesse na Sociedade Metro do Mondego e propôs a sua extinção.

Comissão de Economia e Obras Públicas

Concluiu que a reposição da ferrovia se trata de elementar justiça para as Populações.

O Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) considerou que:

- se trata de questão delicada e sensível para Coimbra, a Região e a nível nacional;
- é uma questão de dignidade das Pessoas e do território;
- independentemente da solução, o problema tem que ser resolvido;
- é linha centenária com 1 milhão de cidadãos por ano;
- o Ministro já se pronunciou para se encontrar uma solução para o problema;
- a linha suburbana e a linha urbana são essenciais e um todo;
- na Baixa de Coimbra há terreno expropriado ao abandono;
- a mobilidade, com qualquer solução viável, tem que ser assegurada;
- faria sentido integrar o Metro do Mondego nos Transportes municipalizados de Coimbra, em complementaridade.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) afirmou que se trata de questão de justiça e responsabilidade pelos dinheiros públicos e das Pessoas.

Recordou antecedentes históricos desde finais de 1980:

- ao tempo do Governo e Câmara, ambos do PSD, havia projeto de eletrificação e reforço da linha;
- a nova Câmara do PS altera o projeto com o elétrico de superfície em colaboração com os Municípios vizinhos;
- o Governo do PS declarou a vontade de reforçar a linha com os elétricos, tendo dialogado com o Governo para solução mais pesada que o elétrico;
- as obras avançaram em 30 kms, mas o mesmo Governo do PS, poucos meses depois, decidiu parar as obras, e apenas considerou o Metro de superfície;

Comissão de Economia e Obras Públicas

- o projeto teve a colaboração com a Câmara, logo com os Serviços municipalizados.

Considerou que:

- a População ficou sem transporte, que merece ser reposto,
- é necessária uma linha elétrica eficaz;
- a solução depende do que o Governo decidir;
- o PCP deve acordar com o BE, o PS e o PEV qual a melhor solução.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) interveio, referindo que:

- o Projeto de Resolução tem pertinência, a que se associam;
- qualquer solução na Assembleia da República tem que ter acordo com as autarquias envolvidas;
- a solução tem que ser solução para a mobilidade em transporte público na região de Coimbra;
- urge avançar um projeto e há outras soluções modernas para além do combóio e do metro de superfície, referindo-se a exemplos europeus de tram-train, solução merecedora de estudo;
- há referência no programa do Governo à necessidade do reforço dos transportes das regiões urbanas e há soluções amigas do Ambiente.

Considerou necessário:

- ouvir as autarquias,
- uma tecnologia de ferrovia de interligação em rede, e
- que a decisão de extinção do Metro não deve afastar as restantes autarquias, com criação de empresa intermunicipal, incluindo também a Lousã e Miranda do Corvo.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) considerou que:

Comissão de Economia e Obras Públicas

- importante é a capacidade de dar resposta às Comunidades da Região;
- nomeadamente tendo em conta as referências às autarquias envolvidas, o essencial é o ponto 3 da Resolução proposta, e não os nºs 1 e 2;
- importante é saber o que o Governo pensa fazer, bem como o PCP, o PEV e o BE, e
- dar resposta cabal à situação, independentemente da solução, e
- qual a capacidade financeira para resolver o problema, aludindo ao investimento com o Plano Junker;
- esta discussão não permitiu saber qual a solução para o problema das Populações.

O Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) interveio:

- essencial é resolver o problema da mobilidade;
- criticou o PSD por se excluir da discussão;
- requereu ao Governo o estudo do LNEC pedido pelo anterior Governo;
- o PSD faz mal ao criticar anterior Governo do PS, porque o maior investimento foi feito pelo Governo do PS, interrompido pelo PEC;
- recordou que o anterior Primeiro- Ministro prometeu, há 5 anos, solucionar o problema.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) interveio:

- O PSD quer transporte seguro, elétrico, rápido e sobre carris, independentemente da opção técnica adotada – tram-train, pelo BE, ou combóio mais pesado, pelo PCP;
- o PS gastou mais de 100 milhões e, depois, parou as obras e criou o problema;
- o anterior Primeiro-Ministro não conseguiu avançar, mas agora o atual Governo poderá resolver o problema.

Comissão de Economia e Obras Públicas

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) reiterou a proposta apresentada e sublinhou que a solução interessa.

Criticou o Governo do PSD e perguntou porque não solucionou o problema.

Recordou que a População sempre defendeu a reposição dos carris no Ramal da Lousã.

4. O Projecto de Resolução n.º 86/XIII (1.ª) – (PCP) foi objeto de discussão na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, em reunião de 3 de Fevereiro de 2016.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 8 de Fevereiro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Hélder Amaral)